

Research Brief 2023

CIÊNCIA POLÍTICA PORTUGUESA. EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INDEXADA

Hugo Ferrinho Lopes (ICS-ULisboa)

Susana Rogeiro Nina (Universidade Lusófona)

Nelson Santos (ICS-ULisboa)

Lúcio Hanenberg (ICS-ULisboa)

ÍNDICE

2-3

Introdução

4-5

Evolução da
produção científica

5-8

Colaboração
entre pares

8-9

Performance
institucional

10

Considerações
finais

11

Referências
bibliográficas

INTRODUÇÃO¹²

Todas as áreas do conhecimento precisam de uma autoavaliação crítica. Tal permite valorizar os avanços, identificar as falhas, discutir caminhos e antever o futuro das disciplinas para abrir espaço ao avanço científico. O presente *brief* tem como objetivo contribuir para esta discussão. Com esse intuito, descreve-se a evolução das publicações indexadas em ciência política (CP) por parte de autores filiados em instituições portuguesas e analisam-se as suas principais características.

As especificidades dos estudos politológicos têm sido amplamente estudadas. Em particular, as diferenças geográficas (Ghica, 2021), de sexo (Bettecken et al., 2022) e de citações (Plümper e Radaelli, 2004; Dion et al., 2018) dos autores. Mas também as diferenças entre revisores das revistas académicas (Stockemer, 2022), entre o tipo de autores que submetem artigos face àqueles que conseguem efetivamente que estes sejam aceites para publicação (Closa et al., 2020), e até mesmo o potencial e impacto do conhecimento produzido por estudantes (Atkinson e Thornton, 2022).

Em Portugal, desde cedo se discute a autonomia (Moreira, 2007) e a implementação da disciplina nas instituições de ensino superior (Braga da Cruz e Lucena, 1985). Por um lado, enquanto ciência autónoma, a politologia teve uma emergência tardia, quer em comparação com outros países, quer com outras disciplinas no contexto nacional. Isto deve-se ao legado autoritário, ao exílio académico e ao predomínio inicial do direito, história, sociologia e filosofia (Stock, 1991; Camerlo et al., 2017; Malamud et al., 2020). Por outro lado, uma década após a transição democrática, o primeiro número da revista portuguesa de ciência política incluía um editorial do seu diretor a denunciar que, mesmo aí, permanecia uma carência de um ensino estruturado ao nível do primeiro ciclo, de estudos empíricos rigorosos (predominava o estilo ensaístico ou o comentário jornalístico), de análises comparativas e de abertura ao exterior (Durão Barroso, 1985).

Camerlo e Malamud (2015) relatam que, três décadas depois, os problemas enunciados por Durão Barroso tinham sido supridos. O ensino proliferou de 14 para quase 70 cursos conferentes de grau, abrangendo mais de 5000 estudantes universitários (Camerlo et al., 2017), a par do progressivo aumento da classificação média do último colocado desses cursos e do número de revistas científicas próprias. A disciplina

¹ Este *brief* enquadra-se no projeto Ciência Política à Portuguesa, coordenado por Marcelo Camerlo.

² Os autores agradecem o contributo de Gustavo Gouvêa Maciel na extração parcial dos dados.

institucionalizou-se com a criação – ainda que tardia – da Associação Portuguesa de Ciência Política, e a participação de autores estrangeiros nos seus congressos tem crescido exponencialmente (Vaz-Pinto et al., 2015; Malamud et al., 2020). Em termos de produção, os estudos empíricos rigorosos são cada vez mais comuns, abundantemente comparativos e com colaborações internacionais muito frequentes, deixando de lado o pendor ideológico (Camerlo e Malamud, 2015: 7). O crescente uso dos métodos quantitativos e abordagens positivistas nestas investigações levou a que muitos tenham considerado que a ciência política portuguesa se “americanizou” (Ramos Pinto, 2000).

Até à data, dois estudos retratam parte das características da produção portuguesa em CP (Cancela et al., 2014; Camerlo e Terra, 2018). No entanto, não identificam quando se iniciou, em Portugal, a produção científica na área, não permitem compreender todas as fases evolutivas deste processo e não incluem a totalidade das revistas indexadas em CP. Primeiro, Camerlo e Terra (2018) olham somente

para os dois primeiros quartis da *Thomson Reuters* e três revistas nacionais, deixando de parte inúmeras revistas nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, Cancela, Coelho e Ruivo (2014) apenas analisam revistas portuguesas, limitando a compreensão da internacionalização do conhecimento. Segundo, Camerlo e Terra comparam a produtividade de instituições de ensino (ex. Iscte-IUL) com a de centros de investigação que pertencem à mesma instituição (ex. Cies-Iscte), quando, na verdade, vários investigadores pertencem a ambas as unidades, deflacionando, assim, a produção institucional. Terceiro, os mesmos autores separam revistas europeias de internacionais, quando muitas vezes esta distinção não é particularmente clara. Quarto, para lá da quantidade, não se sabe ainda nada sobre a qualidade da produção. Quinto, carece-se de conhecimento sobre a evolução da colaboração entre pares (número de autores por artigo) e sobre as diferenças de género.

Este *brief* apresenta um retrato do papel das instituições nacionais na produção académica em CP. Para tal, analisamos *todos* os artigos em CP indexados na *Scopus*. Os dados são extraídos de forma automatizada da plataforma. Até 2020, foram extraídos todos os artigos publicados em revistas indexadas em uma de duas categorias: *Political Science and International Relations* e *Sociology and Political Science*. A partir de 2021, foram recolhidos os dados de os artigos publicados em revistas indexadas cuja sua melhor classificação é em uma das duas categorias acima referidas³. Destas, extraem-se somente os artigos cuja filiação principal de (pelo menos) um dos autores é, à data de publicação, numa instituição portuguesa. Posteriormente, procede-se a uma revisão manual. Primeiro, excluem-se os artigos que não estudam fenómenos políticos. Segundo, uniformiza-se a designação institucional para dar resposta a fusões que ocorreram durante o período em análise (ex. UL e UTL fundiram-se na ULisboa). Terceiro, uniformizam-se as várias designações comumente utilizadas para reportar a mesma unidade. Quarto, codifica-se manualmente um conjunto de variáveis, tais como o sexo ou o número de autores. Sublinhe-se que a extração teve lugar a 18 de novembro de 2022. Por conseguinte, os resultados deste ano deverão ser interpretados considerando esse facto, na medida em que várias revistas publicam os seus últimos *issues* nos mês de dezembro.

³ Não existem razões que nos levem a crer que a alteração no método de recolha dos artigos em 2021 cause qualquer alteração substancial no número de artigos final, pois todos os artigos foram codificados manualmente de forma semelhante, como explicamos de seguida. A alteração no procedimento de recolha implicou apenas uma diminuição drástica no número de artigos que não foram considerados como pertencentes à área de ciência política durante a verificação manual.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O primeiro artigo de um autor português numa revista indexada em ciência política foi publicado há mais de 60 anos e é da autoria de Adriano Moreira, na *African Affairs* (1960). Mas, desde então, que trajetória seguiu a produção de conhecimento? Nesta secção, avalia-se a evolução dessas publicações, quer ao nível quantitativo, ou seja, olhando para o número de artigos publicados anualmente, quer ao nível qualitativo, tendo em conta o quartil da revista em que foram publicados.

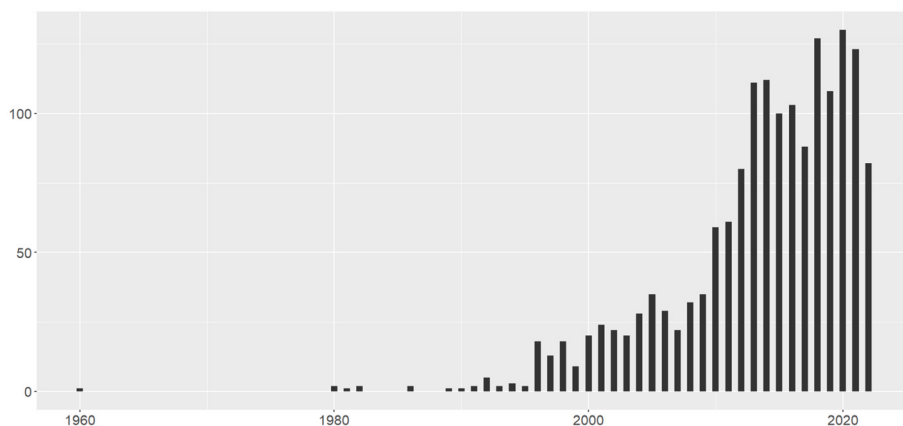
A Figura 1 mostra a evolução do número de artigos por ano. Desde o texto de Adriano Moreira, foram publicados um total de 1633 artigos indexados. Em geral, os resultados suportam as conclusões dos estudos anteriores. Por um lado, mesmo considerando revistas internacionais, a afirmação de Cancela e colegas mantém-se válida: durante o Estado Novo, a investigação em CP era irregular, incipiente e paroquial (2014: 3). Em Portugal, a ciência política emerge com o 25 de abril, mas não se consolida com este. Passadas duas décadas após a transição democrática, a produção continuava a ser praticamente inexistente.

Há dois marcos essenciais na evolução do conhecimento

Em Portugal, a ciência política emerge com o 25 de abril, mas não se consolida com este. Passadas duas décadas da transição democrática, a produção continuava a ser praticamente inexistente.

produzido. Em primeiro lugar, a segunda metade da década de 90 marcou a consolidação da área. A partir de 1996, verifica-se um aumento assinalável do número de artigos: desde então, foram publicados 1609 artigos, em nítido contraste com os 24 artigos publicados entre 1960 e 1995. Estes resultados reforçam a importância de observar um período mais alargado do que a literatura existente tem feito. Em segundo, a crise da zona euro aparenta ter tornado Portugal num caso de estudo particularmente interessante do ponto de vista internacional: é a partir de então que se dá a explosão da produção da ciência política portuguesa. Ao passo que o padrão é relativamente estável entre 1996 e 2009, com uma média de 25 artigos por ano, a produção aumenta substancialmente a partir de 2010, atingindo o pico em 2020.

Figura 1:
Quantidade da produção:
evolução do número de
artigos indexados
(1960-2022)



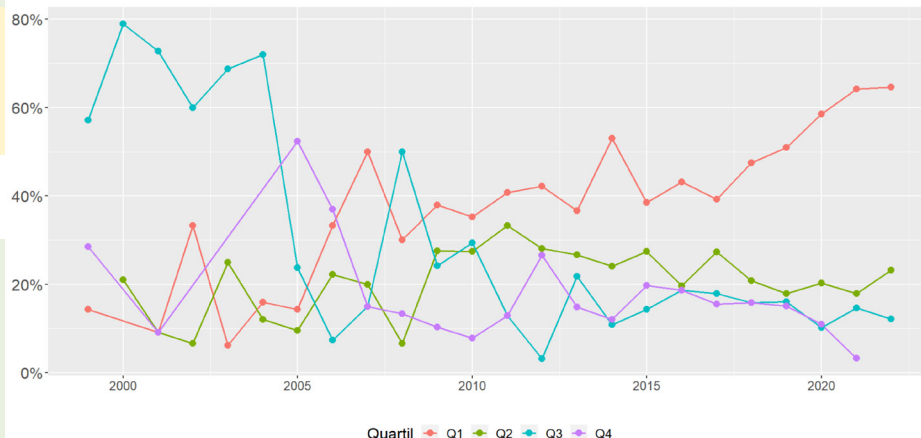
Ao nível qualitativo, a análise foca-se na distribuição das publicações por quartis. De uma forma geral, quase metade dos artigos publicados em revistas do primeiro quartil (46,6%). A percentagem de artigos publicados em quartil 2 e 3 é muito semelhante (22 e 20%, respetivamente), mas o seu peso em quartil 4 é bem mais reduzido: cerca de 13,5% (dados não mostrados). Em traços gerais, estes resultados revelam uma aposta significativa das instituições portuguesas em publicar em revistas de elevada qualidade. Contudo, é necessário compreender como esta aposta se reflete numa perspetiva longitudinal.

Uma vez que a distribuição da produção científica por

quartil se iniciou apenas em 1999, a Figura 2 considera unicamente o período compreendido desde então (o mesmo para as análises subsequentes). Os resultados mostram que a elevada percentagem de artigos em quartil 1 (Q1) resulta de um esforço que teve resultado a partir de 2005 e que se consolidou após 2008. Pelo contrário, entre 1999 e 2005, a maioria da produção nacional foi publicada em Q3 e Q4, com valores muito residuais em revistas de qualidade mais elevada. A tendência de publicação em revistas melhor classificadas manteve-se relativamente constante e, desde 2019, os artigos Q1 representam mais de metade das publicações.

Figura 2:
Qualidade da produção:
evolução dos artigos
publicados, por quartil (%)

*Nota: os quartis entraram em vigor
a partir de 1999, inclusive*



A Figura 3 avalia a internacionalização da produção. Inicialmente, o padrão de publicações em revistas nacionais era a norma. No entanto, acompanhando a tendência acima descrita – a aposta de publicação em revistas de Q1 – a preferência por revistas internacionais tornou-se a norma a partir de 2006. Concomitantemente, as publicações em revistas nacionais diminuíram ao ponto de se tornarem, atualmente, praticamente residuais (5% em 2022). Este declínio da “publicação nacional” teve reflexos no idioma original dos artigos: cerca de 70% foram publicados em inglês, ao passo que menos de um quarto (23,8%) foram dados à estampa em português (dados não mostrados).

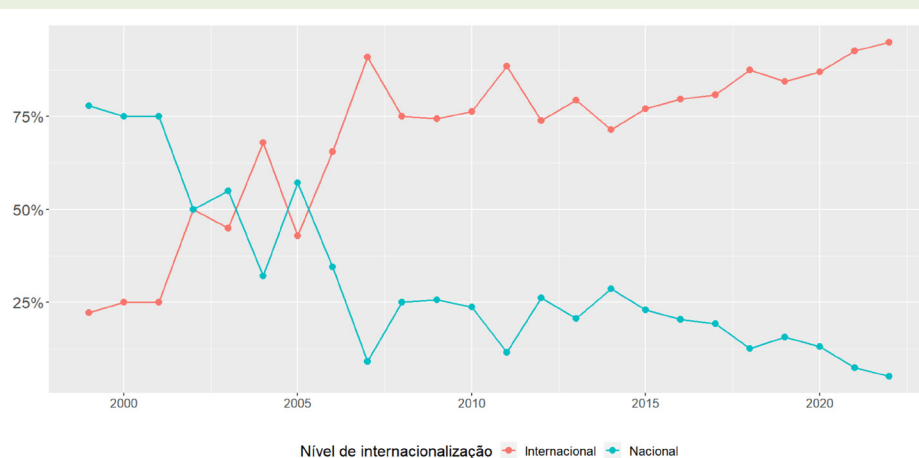
Os artigos de autor único têm decaído progressivamente (de 78% em 1999 para 23% em 2022). Em tendência contrária, os artigos em coautoria tornaram-se, além de majoritários, uma opção crescente,

COLABORAÇÃO ENTRE PARES

Além da quantidade, qualidade e internacionalização da produção acadêmica, importa olhar para a colaboração entre pares. Qual o número de autores por artigo? Há alterações ao longo do tempo? E, em termos de diferenças de gênero, como se distinguem mulheres e homens na capacidade de publicação? Estarão as colaborações circunscritas a autores do mesmo sexo ou haverá uma tendência para a formação de equipes mistas?

Em primeiro lugar, a preferência aparente é a de “correr em pista própria”, já que mais de metade dos artigos na amostra são escritos por um único autor. Por sua vez, os artigos em coautoria são principalmente escritos por dois (28,2%) ou três (12,7%) autores. Apenas uma percentagem residual é produto da parceria entre quarto (4,4%) e cinco ou mais (4%) investigadores (dados não mostrados). No entanto, uma análise longitudinal revela que tal tendência se encontra em declínio.

Figura 3:
Internacionalização:
evolução das publicações
por tipo de revista (%)



A Figura 4 revela uma crescente aposta na cooperação entre pares. Com efeito, os artigos de autor único têm decaído progressivamente (de 78% em 1999 para 23% em 2022). Em tendência contrária, os artigos em coautoria tornaram-se, além de maioritários, uma opção crescente. Atualmente, predominam as publicações com dois autores (37%) e o número de artigos produzidos a seis ou oito mãos é próximo da proporção de artigos elaborados por

um único autor. Curiosamente, a multiplicação de autores contribuiu para melhorar quantitativa e qualitativamente a ciência política. Se, por um lado, os resultados sugerem que o aumento da produção visto na Figura 1 é alcançado através da cooperação entre pares; por outro, analisada em conjunto com as Figuras 2 e 3, esta evidência permite concluir que a aposta numa maior internacionalização e publicação em revistas melhor classificadas é alcançada através do esforço coletivo.

Figura 4:
Colaboração ao nível individual: evolução do número de autores por artigo (%)

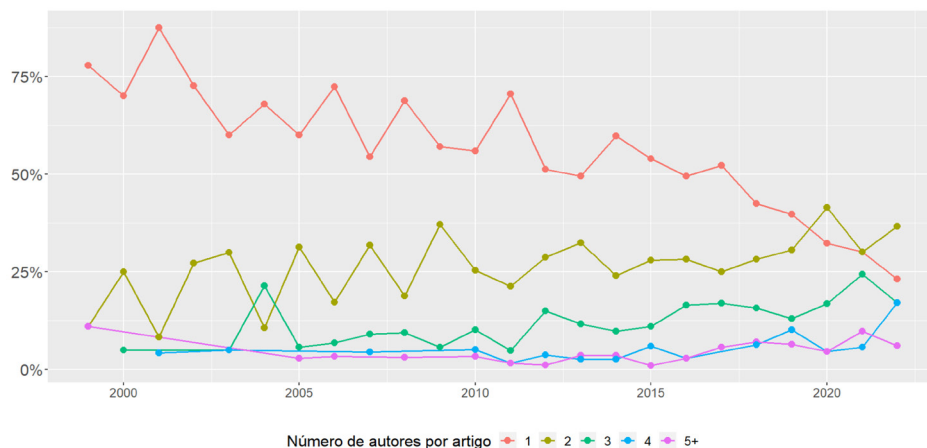
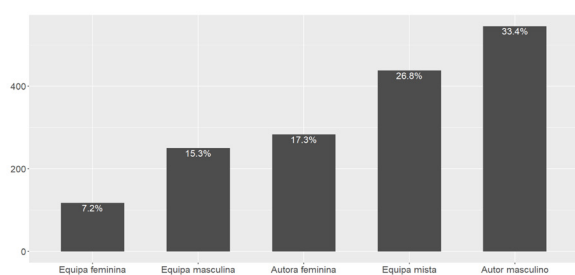


Figura 5:
Diferenças por sexo: produtividade por tipo de equipa (valores absolutos e relativos)



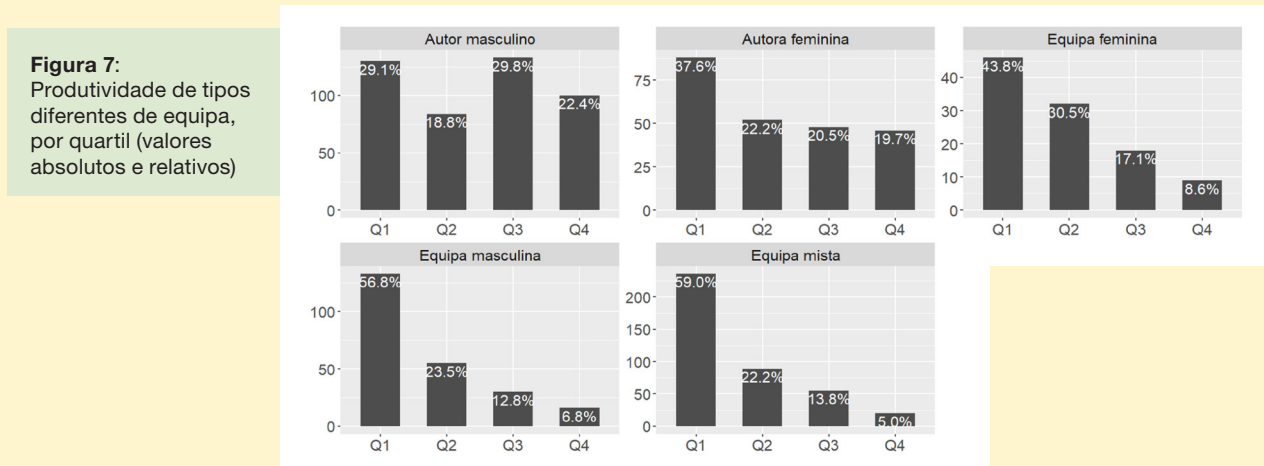
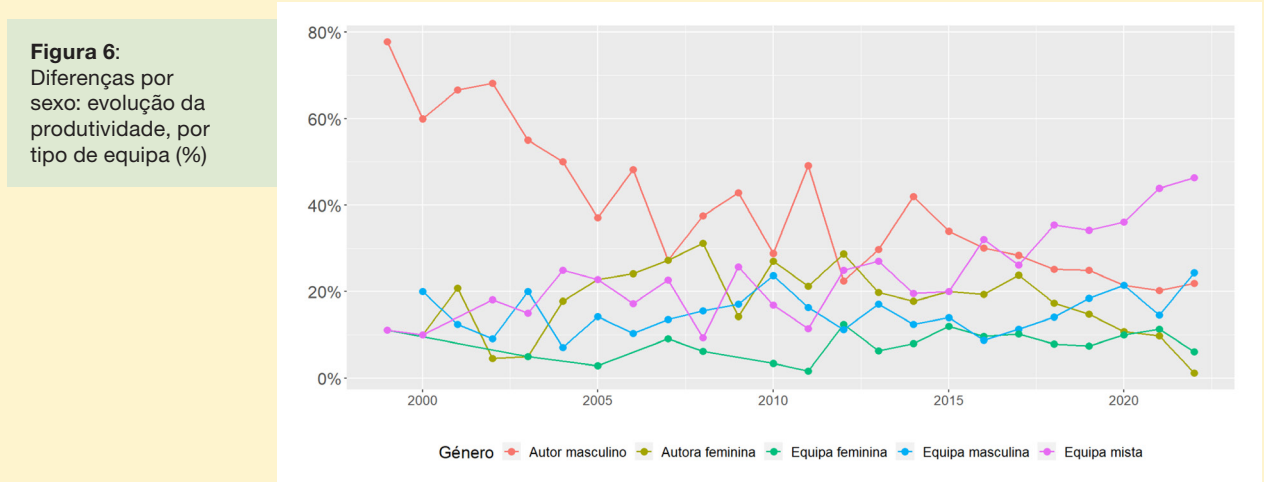
O sucesso das equipas mistas – que, nos últimos dois anos, representam quase metade da produção académica – foi alcançado em detrimento dos artigos de autor único do sexo masculino, que desceu drasticamente ao longo das últimas duas décadas: de quase 80% para pouco mais de 20%.

Relativamente à questão do género, a Figura 5 traduz as diferenças por tipo de equipa. Anteriormente, verificou-se que os artigos assinados de forma exclusiva por um autor representam metade da produção agregada. Desses artigos, e no total da amostra, aqueles produzidos por autores do sexo masculino (33,4%) constituem aproximadamente o dobro daqueles elaborados por mulheres (17,3%). Quando comparamos as parcerias entre investigadores, estas diferenças acentuam-se: quase metade dos artigos foram elaborados por homens, seja de forma individual ou no seio de equipas masculinas (48,7%), ao passo que os artigos da autoria de uma investigadora ou de uma equipa feminina não constituem, juntos, um quarto da produção indexada.

Contudo, é importante salientar que, embora a área tenha evoluído no sentido de uma maior igualdade de género, os resultados são fortemente influenciados pela prevalência de autores do sexo masculino nas primeiras décadas. Este retrato emerge de forma clara na Figura 6. Dito de outro modo, a fotografia apresentada na Figura 5 encontra-se constrangida pelos artigos publicados antes de 2016. A partir de então, os artigos que resultam da cooperação entre autores de ambos os sexos ocuparam a primeira posição. O sucesso das equipas mistas – que nos últimos dois anos representa quase metade da produção académica – foi alcançado em detrimento dos artigos de autor único do sexo masculino, que desceu drasticamente ao longo das últimas duas décadas: de quase 80% para

pouco mais de 20%. Embora a análise destes padrões careça de informação não disponível – nomeadamente, o número de politólogos portugueses e a sua distribuição por género, assim como qual o papel e número de mulheres dentro das próprias equipas mistas – a verdade é que é já clara a existência de uma trajetória que tende a privilegiar uma maior cooperação entre autores, independentemente do sexo. Não se pode, no entanto, negligenciar que os artigos escritos por autores masculinos – a solo ou em equipa – continuam

a prevalecer. Do mesmo modo, não se pode ignorar que a tendência gradual de colaborações mistas a partir de 2015 parece ter tido também como efeito o constrangimento de autorias exclusivamente femininas. Com a cautela necessária, os dados apontam para que o aumento relativo da produção feminina se tenha reproduzido, igualmente, na sua participação em colaborações mistas, dada a crescente preferência por equipas de investigação mais alargadas (rever Figura 4).



A Figura 7 espelha a capacidade de autores de diferentes sexos e tipos de equipas em publicar, não apenas mais, mas em melhores revistas (tanto em valores absolutos, como relativos). Constata-se a preferência em publicar em Q1, independentemente do género ou da existência de colaborações. Porém, sobressai que a tendência de aumento de publicação em Q1 verificada na Figura 2 é, em grande parte, contributo de equipas mistas: quase 60% dos artigos de equipas mistas são Q1- percentualmente, pouco acima das equipas masculinas, mas representam, em números absolutos, cerca do dobro destas. Os resultados aparentam também estar em consonância com o

argumento apresentado por Closa et al. (2020) e Bettecken e colegas (2022) de que as investigadoras dão mais relevância à qualidade e, portanto, publicam menos, mas em melhor qualidade. Apesar de os homens, quer em equipa, quer individualmente, publicarem mais em Q1 do que as mulheres, os artigos escritos por uma única mulher têm maior probabilidade de serem publicados em Q1.

No entanto, por um lado, isto só acontece quando comparamos artigos de autoria única, dado que o rácio de equipas masculinas no primeiro quartil é superior ao de equipas femininas, tanto em termos relativos, como absolutos; e, por outro, pode resultar da supramencionada

prevalência de autores do sexo masculino nas primeiras décadas. O mesmo relativamente à primeira subfigura, que, curiosamente, sugere que os homens têm maior tendência para publicar em revistas Q3 ou Q4 do que em Q2. No entanto, tal pode dever-se à evolução identificada na secção anterior: inicialmente, a produção académica

era quase exclusivamente elaborada por um único autor de sexo masculino e em revistas menos cotadas; mas, entretanto, houve um declínio dos artigos exclusivamente assinados por um homem e um incremento da qualidade da produção, o que faz com que os resultados da Figura 7 também estejam influenciados pelo período anterior.

PERFORMANCE INSTITUCIONAL

A Figura 8 descreve a percentagem de artigos por instituição. As universidades estatais das duas áreas metropolitanas são divididas por faculdades. Para facilitar a leitura, os resultados abaixo de 1% são omitidos, o que impede examinar a performance de todas as instituições com oferta formativa na área da ciência política (por exemplo, as universidades Aberta, dos Açores, Lusófona e Portucalense). Sublinha-se, contudo, que os resultados devem ser interpretados com cautela. Ao avaliarem a produção “em bruto”, não consideram a dimensão (número de membros) de cada instituição. Dito de outro modo, é natural e expectável que instituições com mais investigadores filiados possam apresentar um maior número de publicações, mas não se dispõe de dados, à data, para calcular esse rácio.

As instituições com maior capacidade de produção são do setor público e do litoral urbano. A instituição privada melhor posicionada apenas surge no 11.º lugar e a primeira fora do eixo Braga-Lisboa encontra-se na 12.ª posição. Além disso, mais de metade da produção pertence a um grupo pequeno composto por quatro instituições: Iscte-IUL, UCoimbra, ICS-ULisboa e UMinho. Juntamente com a NOVA-FCSH e a UAveiro, estas instituições publicaram dois terços dos artigos indexados em ciência política.

Um olhar microscópico sobre a base de dados permite identificar que os autores que publicam nas melhores revistas pertencem a este eixo. Por exemplo, a revista melhor avaliada na base de dados é o prestigiado *American Journal of Political Science*, que deu à estampa, em 2012, um artigo integralmente produzido por autores filiados em instituições portuguesas. Se o primeiro artigo na área é de Adriano Moreira, este é de Luís Aguiar-Conraria (UMinho), Pedro Magalhães (ICS-ULisboa) e Maria Joana Soares (UMinho). Mas também publicou dois artigos que resultam de parcerias internacionais que incluem investigadores sediados em Portugal: um artigo com a participação de Catherine Moury (NOVA-FCSH) e dez colegas de outros países, e outro de Paolo Spada (à data, no CES-UCoimbra) e três colegas estrangeiros.

Em geral, os resultados espelham as assimetrias territoriais e o isolamento de instituições fora do litoral urbano, bem como que a criação de redes de investigação internacional podem constituir uma estratégia vantajosa para publicar em melhores revistas. Não obstante, é curioso verificar que várias instituições cujo foco principal de investigação não é em ciência política tenham melhor

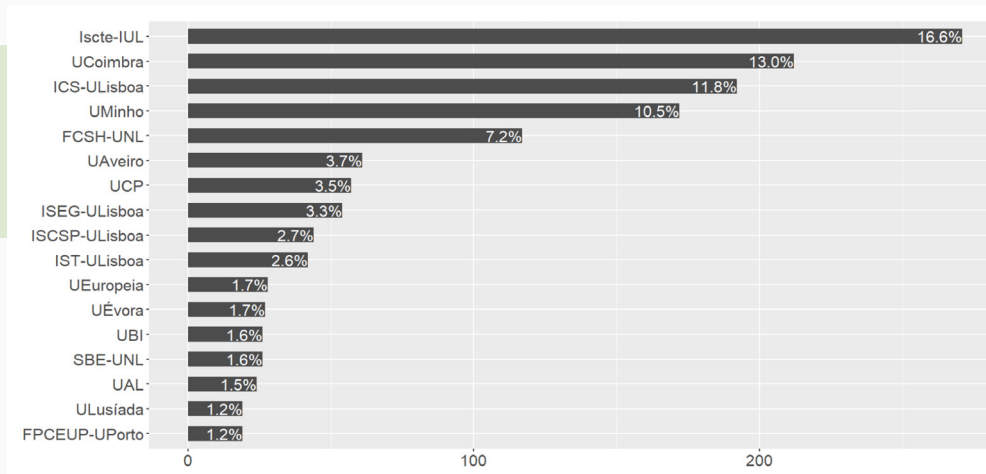
performance do que determinadas instituições com oferta formativa específica em politologia. O primeiro exemplo retrata, não apenas instituições ligadas à economia, gestão, sociologia ou direito, mas também de áreas menos próximas como engenharia informática. Estes resultados são expectáveis no que diz respeito à sociologia e ao direito, dado o seu papel na fundação da CP em Portugal (Stock, 1991). No entanto, o mesmo não seria expectável em relação a outras áreas tais como gestão ou economia, embora justificáveis dada a proximidade temática de algumas das suas subdisciplinas, bem como a ante exposta relevância da crise económica para a investigação politológica. Mas são, de facto, surpreendentes quando falamos de instituições sem oferta formativa em ciências sociais.

Ademais, uma análise detalhada dos dados revela também que, em praticamente todas as instituições, existem investigadores de outras áreas a publicar em CP, suportando a necessidade de os resultados serem lidos com cautela acrescida. Recuperando o exemplo do artigo de Aguiar-Conraria, Magalhães e Soares, constata-se que apenas o segundo autor é politólogo, ao passo que o primeiro é economista (embora trabalhe regularmente ciência política, como se confere por vários artigos seus constantes na base de dados) e a terceira é docente de matemática. Por outras palavras, a produção institucional também é inflacionada pelos trabalhos de “não politólogos”, sejam de áreas mais ou menos próximas.

Mais de metade da produção pertence a um grupo pequeno composto por quatro instituições: Iscte-IUL, UCoimbra, ICS-ULisboa e UMinho. Juntamente com a NOVA-FCSH e a UAveiro, estas instituições publicaram dois terços dos artigos indexados em ciência política.

Em geral, os resultados espelham as assimetrias territoriais e o isolamento de instituições fora do litoral urbano, bem como que a criação de redes de investigação internacional podem constituir uma estratégia vantajosa para publicar em melhores revistas. Não obstante, é curioso verificar que várias instituições cujo foco principal de investigação não é em ciência política tenham melhor performance do que determinadas instituições com oferta formativa específica em politologia.

Figura 8:
Performance
institucional: diferença
de produtividade
(valores absolutos e
relativos)

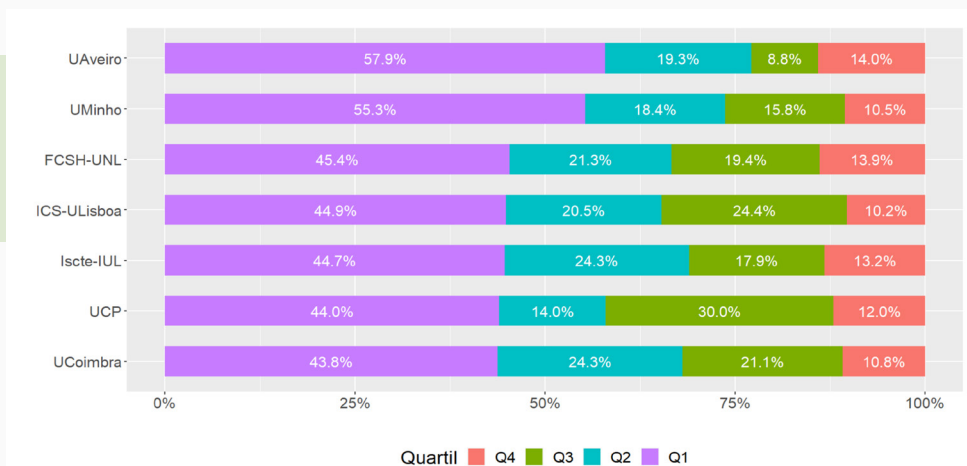


E o que dizer sobre a distribuição da produção de cada uma destas instituições por quartil? A Figura 9 apresenta-o. Seleccionam-se as sete instituições com o maior número de artigos publicados no período considerado – cada uma com um número superior a 50 artigos.⁴ Dentro da sua produção e no contexto das instituições com mais artigos, a UAveiro tem o melhor rácio em termos de qualidade: não só se foca mais em publicar no primeiro quartil, como mais de 75% dos seus artigos são Q1 e Q2. Segue-se a UMinho e o Iscte-IUL, com valores próximos. Em geral, os resultados suportam que estas instituições priorizam o “objetivo doutorado” da investigação: publicar em revistas melhor classificadas. Não obstante, futuras abordagens devem ter em conta (1) o ano de criação da área em cada instituição, por forma a que se possam avaliar os padrões ao longo do tempo, já que se verificou que só desde 2005 a conquista do “objetivo doutorado” da publicação em Q1 se tornou o padrão; bem como (2) as tendências *dentro* de cada quartil, ou seja, utilizando uma escala métrica (por exemplo, o percentil da *Scopus*, o *Article Influence Score* da *Web of Science* ou o *Scimago Journal Ranking*) que permita aferir de

forma mais precisa como e quem publica nas melhores revistas, mesmo dentro de cada quartil.

Uma análise mais fina (dados não mostrados) revela que, apesar do aumento das coautorias, o tipo de colaboração institucional não segue um padrão constante em termos de parcerias endógenas (com autores da mesma instituição) ou exógenas (com autores de outra instituição). O trabalho entre pares é sobretudo exógeno, ou seja, entre investigadores de diferentes instituições, e é independente de serem nacionais ou estrangeiras, uma vez que não se verificam grandes diferenças entre as duas últimas. Já a colaboração endógena- ou seja, entre autores da mesma “casa”- só começa a ter destaque a partir de 2014, ainda que apresente, desde então, moderados indícios de crescimento. Isto pode dever-se à relativa recência da disciplina em Portugal, dado que a oferta formativa em CP em diversas instituições apenas ocorreu a partir da segunda metade dos anos 2000 e, em teoria, a contratação de recursos humanos terá sido gradual e posterior à abertura desses cursos.

Figura 9:
Produtividade
institucional:
distribuição por
quartil (%)



⁴ As restantes instituições foram omitidas. A interpretabilidade dos resultados fica comprometida quando o número de artigos em análise é reduzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *brief* analisa a evolução da produção em ciência política por parte de instituições portuguesas. Por um lado, a investigação em CP já se encontra consolidada em Portugal. O número de publicações cresceu consideravelmente e marca a passagem de uma ciência predominantemente “virada para dentro” para uma disciplina aberta ao exterior: os artigos em revistas estrangeiras correspondem, atualmente, à quase totalidade das publicações indexadas. A crise económica, em particular, tornou o país num caso de estudo relevante do ponto de vista internacional. Por sua vez, o crescimento e a internacionalização da produção caminharam lado a lado com o seu incremento qualitativo: a tendência de publicação em revistas de topo superou a de publicação em revistas menos cotadas e há mais de uma década que a maioria dos artigos são publicados em revistas do primeiro quartil, representando atualmente quase dois terços do conhecimento gerado.

Além disso, abandonou-se a regra “um artigo, um autor”. Verificou-se um aumento na colaboração entre pares e diferentes tipos de instituições (quer nacionais, quer internacionais). Concomitantemente, os resultados sugerem uma moderada redução das desigualdades de género, que muito se deve ao declínio dos artigos publicados por um único autor do sexo masculino e o crescimento exponencial dos artigos escritos por equipas com autores de ambos os sexos (que já representam quase metade da produção).

No entanto, a área ainda enfrenta desafios. Primeiro, a maioria da produção está concentrada num grupo restrito de universidades públicas do litoral urbano, espelhando as assimetrias territoriais do país e o isolamento de instituições mais distantes dos centros de decisão. Segundo, apesar do crescimento da cooperação entre pares ter sido acompanhado por uma diminuição das diferenças de género, as autoras do sexo feminino revelam uma tendência de menor produção, sobretudo em artigos individuais, ainda que os dados também indiquem que equipas mistas têm maior probabilidade de publicação numa revista bem cotada. Terceiro, a interdisciplinaridade parece beneficiar a politologia. Por um lado, dentro de cada instituição, há autores de outras áreas a produzir conhecimento em CP. Por outro lado, apesar de a investigação em CP beneficiar igualmente do contributo de instituições ligadas a outras áreas disciplinares, a verdade é que algumas destas publicam mais em revistas de ciência política do que algumas instituições com oferta formativa na área. Tal fenómeno pode ser resultado tanto da implementação tardia da CP em Portugal, e por áreas adjacentes, como um retrato do carácter multidisciplinar das ciências no período contemporâneo.

Por fim, é importante sublinhar que este *brief* apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, não considera duas condicionantes institucionais. Estas são o tamanho de cada instituição (número de membros na área), que permitiria avaliar o rácio de produtividade institucional, e o ano de abertura da oferta formativa em CP, que possibilita antever a sua evolução e compará-la, quer entre instituições com anos diferentes de consolidação, quer com aquelas que nem oferecem formação específica na área. É importante também destacar que foram excluídas da análise revistas não indexadas e outros tipos de publicações, como livros, capítulos de livros, organização de *special issues*, atas de conferências ou relatórios técnicos, não captando, assim, uma componente importante da produção científica, que pode variar de forma substancial entre instituições. Ademais, os artigos de politólogos noutros domínios científicos não foram considerados, mas tão-somente aqueles publicados em revistas das categorias de ciência política. Porém, tais publicações podem constituir um contributo valioso para o potencial de interdisciplinaridade da CP.

Não obstante, os resultados apresentados são um ponto de partida para uma discussão alargada, lançando pistas para melhor compreender a trajetória da CP e o seu futuro em Portugal. Futuros trabalhos deverão avaliar (1) o rácio de publicações de cada instituição, em função do seu número de investigadores e da longevidade da disciplina na instituição; (2) a posição das revistas científicas dentro de cada quartil; (3) o tipo de publicação dentro da área de ciência política, diferenciando entre teoria política, política comparada, administração ou políticas públicas e relações internacionais, por exemplo; (4) as características específicas dos autores, identificando quais publicam mais e em revistas de melhor qualidade, o seu estado na carreira (estudantes, juniores, associados ou sénior); e (5) a existência ou não de financiamento para o efeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atkinson, D., & Thornton, S. (2022). The citation behaviours and the academic performance of first-year Political Science students. *European Political Science*, 21(2): 292–307.
- Durão Barroso, J. (1985). Editorial. *Revista de Ciência Política*, 1: 3–5.
- Bettecken, J., Klöckner, AC, Kurch, C., & Schneider, G. (2022). Under-represented, cautious, and modest: the gender gap at European Union Politics. *European Political Science*, 21(3): 462–475.
- Braga da Cruz, M., & de Lucena, M. (1985). Introdução e Desenvolvimento da Ciência Política nas Universidades Portuguesas. *Revista de Ciência Política*, 2: 5–41.
- Camerlo, M., & Malamud, A. (2015). A Ciência Política em Portugal, trinta anos depois. *APCP Newsletter*, 5–7.
- Camerlo, M., & Terra, D. (2018). Portuguese political science in Portugal and abroad: publications in major journals (1999–2014). *European Political Science*, 17(1): 77–92.
- Camerlo, M., Homem Cristo, A., & Koçak, C. (2017). Ciência Política e Política Comparada em Portugal: O Balanço de uma Experiência Recente. In Pequito, C. (Ed.). *O Sistema Político Português. Uma Perspetiva Comparada* (pp. 41–68). Oeiras: Principia.
- Cancela J., Coelho, T. D., & Ruivo, J. P. (2014). Mapping political research in Portugal: scientific articles in national academic journals (2000-2012). *European Political Science*, 13(4): 327–339.
- Closa, C., Moury, C., Novakova, Z., Qvortrup, M., & Ribeiro, B. (2020). Mind the (submission) gap: EPSR gender data and female authors publishing perceptions. *European Political Science*, 19 (3): 428–442.
- Dion, M. L., Sumner, J. L., & Mitchell, S. M. (2018). Gendered citation patterns across political science and social science methodology fields. *Political Analysis*, 26(3): 312–327.
- Ghica, L. A. (2021). Who are we? The diversity puzzle in European political science. *European Political Science*, 20(1): 58–84.
- Malamud, A., Camerlo, M., & Vaz-Pinto, R. (2020). A Ciência Política em Portugal. In Carmerlo, M., Malamud, A., & Vaz-Pinto, R. (Eds.). *Ciência Política à Portuguesa A Disciplina Contada pelos seus Protagonistas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Moreira, A. (1960). Political Unity and the Status of Peoples. *African Affairs*, 59(236): 249–259.
- Moreira, A. (2007). Political Science in Portugal. In Klingemann, H.-D. (Ed.). *The State of Political Science in Western Europe* (pp. 311–324). Opladen e Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers.
- Plümper, T., & Radaelli, C. (2004). Publish or perish? Publications and citations of Italian political scientists in international political science journals, 1990-2002. *Journal of European Public Policy*, 11(6): 1112–1127.
- Ramos Pinto, P. (2011). Os trilhos da ciência política portuguesa: uma conversa com David Goldey. *Análise Social*, 46(200), 605–610.
- Stock, M. J. (1991). Political science in Portugal: the ideological obstacles to its incipient autonomy. *European Journal of Political Research*, 20(3-4): 425–430.
- Stockemer, D. (2022). Introduction: the gendered distribution of authors and reviewers in major European political science journals. *European Political Science*, 21: 413–416.
- Vaz-Pinto, R., Pinto, A.C., Camerlo, M., Homem-Cristo, A., & Koçak, C. (2015). Political Science in Portugal in the 21st Century: A Critical Appraisal. In Krauz-Mozer, B., Kulakowska, M., Borowiec, P., & Scigaj, P. (Eds.). *Political Science in Europe at the Beginning of the 21st Century* (pp. 383–400). Krakow: Jagiellonian University Press.

Observatório da Qualidade da Democracia

O Observatório da Qualidade da Democracia (OQD) é um programa de investigação permanente do Instituto de Ciências Sociais que promove e organiza projectos focados nas diversas características, no funcionamento e na qualidade dos regimes democráticos.

Criado em 2010 com o nome Barómetro da Qualidade da Democracia, o OQD pretende ser um repositório de informações relevantes acerca dos temas que envolvem a democracia em Portugal e nos demais países de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, o OQD almeja ser um espaço de divulgação e produção de conhecimento de referência ao nível nacional e internacional.

Saiba mais em:

www.oqd.ics.ulisboa.pt